

## **FRAMEWORK DE CONTABILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL DE ANTONIO E JURCELI DAGOSTINI**

**Maria Emília Camargo** - Universidade de Caxias do Sul - UCS

**Marta Elisete Ventura Motta** - Universidade de Caxias do Sul – UCS

**Margarete Luisa Arbuseri Menegotto** - Universidade de Caxias do Sul – UCS

**Simone Dagostini** - Faculdade da Serra Gaúcha - FSG

### **RESUMO**

Esta pesquisa visa demonstrar a importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor rural e busca o embasamento de um *framework* de contabilização mais adequado à composição da propriedade rural de Antonio e Jurceli Dagostini. O estudo aborda a pesquisa sobre conceitos de Contabilidade Geral, Contabilidade Rural, e a formação das Sociedades. A discussão teórica contempla as empresas rurais como empreendimentos voltados ao cultivo da terra. Por meio da Contabilidade Rural, é possível verificar a situação da empresa a partir da análise das Demonstrações Contábeis. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória. Considerando os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados (entrevista, observação e análise de documentos) e que para a escolha do tema foi analisado levando-se em consideração todo o contexto de organização da propriedade. O método foi definido como um estudo de caso. Em relação à abordagem da pesquisa, utilizou-se um instrumento predominantemente qualitativo. A entrevista semi-estruturada foi aplicada aos proprietários e a um especialista da área de Contabilidade Rural. Nesse contexto tem-se como resultados da pesquisa o desconhecimento dos proprietários dos benefícios que a Contabilidade Rural pode trazer à propriedade. Assim, este trabalho tem o intuito de contribuir com a adequação das contas contábeis para o registro das movimentações da propriedade rural de pequeno porte da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

**Palavras-Chave:** Produtor Rural. Empresa Rural. Contabilidade Rural. Relatórios Contábeis. Ferramenta de Gestão

### **ABSTRACT**

This research aims to demonstrate the importance of accounting for the Rural small, medium and large farmers and seeks the foundation of an accounting framework most appropriate to the composition of the estate of Antonio and Jurceli Dagostini. The study addresses the research on concepts of General Accounting, Accounts Rural and Corporate training. The theoretical discussion focuses on the business ventures aimed at rural and farming. Through the Rural Accounting, you can check the status of the company from the analysis of financial statements. Regarding methodology, it is an exploratory research. Whereas the instruments that were used for data collection (interviews, observation and document analysis) and for the choice of subject was analyzed taking into account the whole context of the organization's property. The method was defined as a case study. Regarding the research approach, we used a predominantly qualitative instrument. The semi-structured interview was applied to the owners and an expert in the area of Rural Accounting. In this context it has to search results ignorance of the owners of the benefits that can bring the accounting Rural property. This work aims to contribute to the adequacy of the ledger accounts to record the movements of the farm's small northeastern state of Rio Grande do Sul

**Keywords:** Agricultural Producer. Rural Enterprise. Rural Accounting. Accounting Reports. Management Tool

## INTRODUÇÃO

A ampliação tecnológica e as mudanças provocadas pela economia mundial também afetaram a agricultura, exigindo qualificação dos proprietários e fazendo com que ela se tornasse mais competitiva, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Nesse cenário, a Contabilidade Rural tem função administrativa e desempenha um papel como instrumento gerencial, por meio de informações que permitem o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor (MARION, 2010).

Na fazenda ou no sítio, o produtor rural precisa dar espaço ao empresário rural, cada vez mais planejando, buscando conhecimento e atualizando-se. Essa atual circunstância impõe-lhes uma busca pela melhoria na administração dos seus negócios. Saber onde estão aplicados os recursos e se estão gerando retorno financeiro à propriedade é o grande problema dos produtores. Eles necessitam de informações adequadas à realidade do negócio que permitam a tomada de decisões, sempre baseados em fatos que realmente existam. Entretanto, a contabilidade é uma das ferramentas que carece de estudos e de percepção dos benefícios que podem resultar (HOFER *et al.*, 2005).

A atividade rural apresenta algumas características distintas das demais atividades produtivas. Uma das diferenças mais significativas entre a indústria e a atividade rural é o tempo de planejamento. Enquanto na indústria é possível seguir rigidamente as variações que apresenta o mercado e executar as mudanças em curto prazo, na atividade rural outras variáveis deverão ser observadas, principalmente as resultantes das mudanças climáticas e o ciclo de cultivo. Para tanto o sucesso do planejamento do proprietário rural vai depender da utilização das informações contábeis, o que possibilitará a análise e a comparação de relatórios para a tomada de decisões.

O objetivo macro do trabalho busca estruturar um *framework* (estrutura, modelo) de contabilização para a propriedade rural de Antonio e Jurceli Dagostini e específicos pesquisar na literatura conceitos, finalidades da Contabilidade Geral e Rural; investigar as atividades desenvolvidas na propriedade observado seu ciclo operacional, e com estes dados ser possível estruturar um Plano de Contas, Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Resultados do Exercício da propriedade.

## 1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Conceito e Objetivos da Contabilidade

A Contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações que são úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Na visão de Marion (1998), ela é uma ciência muito antiga e sempre existiu para auxiliar o ser humano no momento de as pessoas tomarem decisões.

Segundo Ulrich (2009), ela se caracteriza como sendo a ciência que estuda e controla o patrimônio. Portanto, o objeto da contabilidade é o patrimônio. Pode-se dizer, em outras palavras, que a Contabilidade é um método universal utilizado para registrar todas as transações de uma empresa rural, que possam se expressar em termos monetários. Por isso, tem um importante papel na gestão das empresas. Por meio dela, os gestores podem tomar decisões e analisar o empreendimento, pois esta se divide em várias áreas de atuação.

De um modo geral, sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem com o patrimônio das entidades, com o objetivo de fornecer informações, interpretações e o mais importante, orientações sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores (FRANCO, 2006).

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela Contabilidade, que, em seguida, resume todos os dados que foram registrados em forma de relatórios. Dessa forma, pode-se entregar aos interessados, de uma forma reduzida, a real situação da empresa. Esses interessados, a partir de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que acarretaram aqueles resultados, e tomam decisões em relação aos próximos exercícios (FRANCO, 2006).

Com o passar do tempo, o governo percebe que pode utilizá-la para a arrecadação de impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Marion (1998, p. 24) salienta que “[...] a contabilidade não deve ser feita

visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, a auxiliar as pessoas a tomarem decisões.”

Para complementar, Ratko (2008) ressalta que contabilidade consiste em dinamizar os resultados de um empreendimento, os tomadores de decisões dependem de informações capazes de evidenciar as potencialidades e as limitações do investimento. Tais decisões miram principalmente o futuro, porém para se preparar para a ação futura, é interessante conhecer o histórico passado do empreendimento para saber qual é a tendência do negócio. Além disso, propiciar o conhecimento presente, a situação econômico-financeira do empreendimento em tempo real e oportuno é tarefa da Contabilidade.

O patrimônio é o objeto da Contabilidade e é sobre ele que exercem as funções contábeis, para alcance das suas finalidades. Conforme Franco (2006), patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações ligados às entidades e constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos. Para alcançá-los, a administração da empresa pratica atos de natureza econômica e financeira, produzindo variações aumentando e diminuindo a riqueza patrimonial.

## 1.2 Formas de Sociedades

A **Sociedade Comum** é qualquer sociedade que explora uma atividade econômica e que ainda não está registrada. É conhecida também por sociedade de fato e sociedade irregular.

Por sociedade em comum entende o novo Código Civil ser aquela sociedade que ainda não inscreveu, na forma da lei, seus atos constitutivos no registro próprio. Assim sendo, a idéia de sociedade em comum coincide tanto com o conceito de sociedade irregular (aquela sociedade que tem contrato social, porém, não o arquivou no Registro Público de Empresas Mercantis – RPEM), quanto com a noção de sociedade de fato. (OLIVEIRA, 2005, p. 45).

Complementa Gusmão (2008) que se pode conceituar as sociedades em comum como aquelas que funcionam exercendo atividades empresariais, sem haver se organizado segundo os dispositivos legais.

A **Sociedade por Conta de Participação** é uma sociedade que não dispõe de personalidade jurídica, não estando sujeita às formalidades prescritas para a formação das outras sociedades. Essa sociedade apresenta duas categorias de sócios – o sócio ostensivo, que se obriga para com terceiros, e o sócio oculto, que não tem qualquer tipo de responsabilidade para com terceiros, sendo que estes, muitas vezes, nem sabem da existência do sócio oculto. O sócio oculto só conta com responsabilidade para com o sócio ostensivo (FINKELSTEIN, 2007).

As **Sociedade Simples**, é um tipo de sociedade personificada e não empresária, constituída para a exploração de atividades de prestação de serviços decorrentes de atividade intelectual e de cooperativa. Assim, a sociedade simples é formada por pessoas que exercem profissão do gênero intelectual, tendo como espécie a natureza científica, literária ou artística, mesmo sem contar com auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento da empresa.

Já **Sociedade em Nome Coletivo** é constituída por uma categoria de sócios, todos com responsabilidade subsidiária, solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, podendo ter os nomes na firma social e ser gerentes. Assim, o Código Civil Brasileiro vem definir de forma diferenciada a sociedade de nome coletivo, delimitando que somente pessoas físicas podem tomar parte desta sociedade, respondendo todos os sócios solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (FINKELSTEIN, 2007).

Conforme Oliveira (2005), **Sociedade em Comandita Simples** é aquela em que as obrigações são garantidas, não só pelo capital social, mas também pela responsabilidade ilimitada e solidária de um ou mais sócios, que se denominam em nome coletivo; os outros sócios chamados comanditários têm uma responsabilidade limitada ao capital com que entram ou prometem entrar para a sociedade.

Quanto a **Sociedade Limitada**, Gusmão (2008) define sociedade limitada como sendo aquela cujo capital social encontra-se dividido em quotas, as quais podem ser iguais ou desiguais, pertencendo uma ou diversas a cada sócio, cuja responsabilidade é limitada ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social.

Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor não integralizado de suas quotas, como prevê o artigo 1.052 do Código Civil, embora todos sejam solidariamente responsáveis pela integralização total do capital social; assim se um sócio já integralizou suas quotas, mas há sócios que ainda não o fizeram, todos poderão ser solidariamente demandados por esse valor em aberto. (MAMEDE, 2008, p.100).

É um tipo societário de grande destaque na economia brasileira, tendo em vista o grande número de sociedades dessa espécie existentes. Isso porque a sociedade limitada apresenta algumas particularidades que chamam a atenção de seus empreendedores na hora de sua constituição. Os sócios podem limitar as perdas, já que respondem somente pelo capital social, uma vez integralizado totalmente (FINKELSTEIN, 2007).

Sociedade Anônima

A **Sociedade Anônima** é atualmente regida pela Lei 6.404/76 (Lei das SA). A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas. Desse modo, é a que dispõe do capital dividido em partes iguais chamadas ações, e tem a responsabilidade de seus sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Finkelstein (2007), as principais características das sociedades anônimas são definidas da seguinte forma:

- É uma sociedade de capitais. Nelas o que importa é a aglutinação de capitais, e não a pessoa dos acionistas, característico das sociedades de pessoas;
- divisão do capital em partes iguais, em regra, de igual valor nominal. É na ação que se materializa a participação do acionista;
- responsabilidade do acionista limitada apenas ao preço das ações subscritas ou adquiridas. Isso significa dizer que uma vez integralizada a ação o acionista não terá mais nenhuma responsabilidade adicional, nem mesmo em caso de falência, quando somente será atingido o patrimônio da companhia;
- livre acessibilidade das ações. As ações, em regra, podem ser livremente cedidas, o que gera uma constante mutação no quadro de acionistas. Entretanto, poderá o estatuto trazer restrições à cessão, desde que não impeça jamais a negociação;
- possibilidade de subscrição do capital social mediante apelo ao público;
- uso exclusivo de denominação social ou nome de fantasia;
- finalmente, pode ser companhia aberta ou fechada. Na companhia ou sociedade aberta os valores mobiliários de sua emissão são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. Na Fechada, não há necessidade de que a sociedade registre a emissão pública de ações no órgão competente – Comissão de Valores Mobiliários.

Em relação a sua natureza jurídica, Mamede (2008, p. 114) afirma que a “[...] sociedade anônima constitui pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 16, II, do Código Civil atual e qualquer que seja o seu objeto, ela será sempre mercantil e se regerá pelas leis do comércio”.

**Sociedade em Comandita por Ações**, neste tipo societário preserva-se a ideia própria do comanditamento: sócios que investem e sócios que administram razão pela qual somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade, ocupar a condição de diretor, cuja nomeação se fará no ato constitutivo da sociedade, sem limitação de tempo, somente havendo destituição por deliberação de acionistas que representem no mínimo dois terços do capital social (MAMEDE, 2008).

Complementa Palma (2006) que as sociedades em comandita por ações têm seu capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima (artigo 280 da lei 6.404/76) e pelo NCC. Na verdade, esse tipo de sociedade “desapareceu”, pois era utilizado antes de entrar em vigor a Lei das S/A, quando se exigia um número mínimo de sete acionistas para constituí-la.

Importante ressaltar referente a **Sociedade Cooperativa**, são sociedades simples que não têm como finalidade a obtenção de lucros. Nas cooperativas em oposição, as vantagens econômicas auferidas pelo cooperado são resultado direto de sua atuação pessoal e não do investimento em dinheiro. A sociedade cooperativa é regulada pela Lei nº 5.764/1971, modificada parcialmente pela Lei nº 6.981/1982 que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas (MAMEDE, 2008).

O artigo 3º, da Lei nº 5.764/71, conceitua a cooperativa como sendo o tipo de sociedade celebrada por pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro.

Ainda as **Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas**, conforme Gusmão (2008, p. 349-350) “a coligação decorre da concentração de empresas, em que há uma relação societária que implica o controle horizontal, sem vínculo de subordinação, com a participação entre sociedades, sem efetivo controle”. Define-se que as sociedades são coligadas quando existe participação de uma sociedade no capital da outra, com 10% ou mais, sem controlá-la.

Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou a partir de outras controladas, é titular de direitos de sócios lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (MAMEDE, 2008).

### **1.3. Conceito e Objetivos da Contabilidade Rural**

A Contabilidade Rural é a Contabilidade Geral aplicada às atividades agrícolas. Ela traduz valores monetários, o desempenho do negócio e demonstra o grau de eficiência de sua administração, a Contabilidade vai dizer se a Empresa Rural está atingindo o seu objetivo final: o lucro (MARION, 2010).

Pode-se considerar a Contabilidade como principal instrumento de apoio às tomadas de decisões durante a execução e o controle das operações da empresa rural. Ela é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e distribuição de informações de saída, na forma de relatórios contábeis (ULRICH, 2009).

Na visão de Crepaldi (2009, p. 77) a Contabilidade Rural tem os seguintes objetivos:

- a) orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- b) medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- c) controlar as transações financeiras;
- d) apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- e) auxiliar as projeções dos fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- f) permitir a comparação da performance da empresa no tempo e desta com outras empresas;
- g) justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- h) servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- i) gerar informações para declaração do Imposto de Renda.

Por meio da Contabilidade Rural, é possível verificar a situação da empresa a partir da análise do balanço e demonstrações contábeis. Também fornece informações em relação aos custos e despesas da empresa, necessidades de reduzi-los, ou de buscar recursos, enfim, revela informações para o seu planejamento (CREPALDI, 2009)

Segundo Marion (2010), a Contabilidade Rural é ainda pouco utilizada no país, pode-se observar que este fato ocorre devido ao desconhecimento por parte dos empresários da importância e das informações que ele pode extrair por meio das demonstrações contábeis. Isto acontece também em função da mentalidade dos proprietários ser conservadora, que persistem em manter o seu controle restrito a algumas anotações e na experiência adquirida com o passar de algumas gerações. Sabe-se que, dessa forma, abrem mão de dados reais que podem ser obtidos a partir da Contabilidade. Crepaldi (2009, p. 44) ressalta que: “a dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto pessoal do empresário rural, inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos e cópias de cheques ou extratos de contas bancárias pessoais fazem com que não se possa adotar contabilidade para esse fim”.

Além disso, existe muita falta de controle e organização contábil/financeira nas propriedades. É justamente nesse aspecto que a empresa rural brasileira apresenta uma de suas mais visíveis carências, prejudicando todo o processo de modernização. A Contabilidade Rural vem com o propósito de reorganizar a propriedade e poder extrair dela melhores resultados buscando um gerenciamento do negócio (CREPALDI, 2009).

Complementa Ratko (2008) que a Contabilidade Rural apoia as tomadas de decisões, quando gera informações verdadeiras, e consegue controlar todas as operações da atividade agrícola. O registro dos fatos contábeis somente, não é o bastante. Assim, é necessário estabelecer uma sistemática para se mensurar a

margem de contribuição, a viabilidade econômica do cultivo de cada prática agrícola, por exemplo. Dispondo de adequado uso das ferramentas gerenciais, as quais avaliam a rentabilidade, bem como planejam estrategicamente cada investimento, garantindo o retorno dos recursos aplicados.

No momento que se avalia a importância da Contabilidade Rural em gerar informações para a tomada de decisões, a empresa, para obter sucesso, deverá estar subordinada a uma administração eficiente, e isso requer conhecimento do negócio, do capital da especialização e da modernização da agropecuária. É justamente nesse aspecto que a empresa rural apresenta carência e prejudica todo um processo de desenvolvimento e modernização do setor. O ponto-chave na contabilidade é o uso da informação contábil como ferramenta para a administração (HOFER *et al.*, 2005).

### **1.3.1. Objeto da Contabilidade Rural**

O objeto da Contabilidade Rural é o patrimônio das entidades rurais. A Contabilidade Rural surgiu da necessidade de controlar o patrimônio. É fato que existem pessoas, entidades e empresas que realizam muitas transações, dessa forma, decorre maior complexidade de controle. É impossível controlar um patrimônio, que é o conjunto de bens, direitos e obrigações sem que houvesse registros organizados de todas as mutações ocorridas (CREPALDI, 2009).

### **1.3.2. Ramificações da Contabilidade Rural**

A Contabilidade pode ser estudada de modo geral para todas as empresas ou particular aplicada a certo ramo de atividade ou setor da economia. Quando estudada de forma macro, a Contabilidade é denominada Geral ou Financeira. Quando se aplica a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo específico.

Assim, Marion (2010, p. 3) cita as ramificações da Contabilidade Rural:

- a) Contabilidade Agrícola: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agrícolas;
- b) Contabilidade Rural: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais;
- c) Contabilidade da Zootécnica: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas que exploram a Zootécnica;
- d) Contabilidade da Pecuária: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas pecuárias;
- e) Contabilidade Agropecuária: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agropecuárias;
- f) Contabilidade Agroindústria: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agroindustriais.

### **1.3.3 Exercício Social X Ano Agrícola**

Nas atividades agropecuárias, o término do exercício social não necessariamente ocorre no final do mês de dezembro como nas demais empresas. Isso acontece pelo fato de que o ciclo de produção da maioria das empresas rurais inicia-se durante um ano-calendário e encerra-se em outro. Esse ciclo produtivo é denominado ano agrícola, ou ano safra. Na atividade agrícola, a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após sua colheita.

Marion (2010, p. 4) salienta que “[...] ano-agrícola é o período em que se planta, colhe e, normalmente, comercializa a safra agrícola”. O autor sugere a adoção do exercício social na atividade rural no mesmo período do ano agrícola, dessa forma, evita-se a cultura em formação, por ocasião da apuração do resultado.

Na atividade agrícola, a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após a colheita, pois se trata de uma produção essencialmente sazonal, concentrada em um determinado período do ano. Desse modo, o encerramento do ano agrícola ocorre no término da colheita e comercialização desta (CREPALDI, 2009).

Conforme Marion (2010), na atividade pecuária, o encerramento do exercício social deve ocorrer após o nascimento dos bezerros ou desmame, já que normalmente concentram-se em um determinado período do ano. No entanto, nas empresas que não existe um planejamento para o período de nascimento dos bezerros,

poderá ser encerrado o exercício social no período em que houver maior incidência de nascimentos. Algumas empresas fixam o encerramento do exercício após a venda aos frigoríficos, sendo outro critério igualmente válido.

Uma das grandes dúvidas existentes na atividade agrícola é em relação ao término do exercício social, que normalmente se encerra em 31/12, para a maioria das empresas, coincidindo com o ano civil. Na maioria das empresas, as receitas e despesas são constantes e duram o ano todo, na atividade agrícola não há problema para se definir o mês de encerramento, visto que as receitas ocorrem durante ou logo após a colheita, mesmo tendo sua produção essencialmente sazonal (MARION, 2010).

#### **1.4 Formas Jurídicas de Exploração da Atividade Rural**

Na atividade rural, segundo Marion (2010), pode-se encontrar as duas formas jurídicas possíveis de exploração: a) pessoa física é a pessoa natural, ou seja, é todo ser humano, indivíduo (sem nenhuma exceção). A sua extinção é pela morte; b) pessoa jurídica é a união de indivíduos que, por meio de um contrato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa com personalidade distinta da de seus membros. As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas).

A exploração na forma de pessoa física no Brasil é a que prevalece, uma vez que é menos onerosa que a pessoa jurídica. Para as pessoas físicas, como o pequeno e médio produtor rural, não existe necessidade para fins de Imposto de Renda, fazer escrituração regular em livros contábeis. Podem utilizar apenas o livro caixa e efetuar uma escrituração simplificada. Entretanto, a pessoa física enquadrada como grande produtor rural é equiparado à pessoa jurídica para fins contábeis, devendo fazer escrituração regular, por intermédio de profissional contábil qualificado e habilitado (MARION, 2010).

#### **1.5 Associação na Exploração da Atividade Agropecuária**

Nas explorações agropecuárias Marion (2010) explana que pode-se encontrar dois tipos de investimentos:

- a) capital fundiário: terra, edifícios e edificações rurais, benfeitorias e melhoramentos na terra, as culturas permanentes, pastos. São todos os recursos fixos que tem vínculos diretamente com a terra, ele representa aquilo que nas indústrias transformadoras corresponde aos edifícios e seus anexos;
- b) capital de exercício: gado para a reprodução, animais que serão utilizados para o trabalho, equipamentos agrícolas, trator. É o instrumento necessário para o funcionamento do negócio.

Observa-se também duas personalidades economicamente distintas nas associações dos capitais fundiários e de exercício na atividade agropecuária, o proprietário da terra, que participa do negócio com o capital fundiário e o empresário que participa com o capital de exercício, explorando o negócio agropecuário independente de ser ou não o proprietário da terra. A partir das combinações formadas pelas duas personalidades, mencionadas acima, observam-se as formas de associações nas explorações que serão descritas a seguir (MARION, 2010).

**Investidor Agropecuário com a Propriedade da Terra**, neste caso, somam-se os capitais fundiários e do exercício. É a forma de exploração exercida pelo proprietário, também chamado por conta própria, pois o proprietário assume todos os riscos e encargos da produção. Nas grandes propriedades, a administração é exercida pelo proprietário ou por um administrador por ele delegado. Já nas pequenas propriedades, existe a gestão familiar, em que o proprietário assume a direção e o trabalho manual, juntamente com a sua família (NOLIO, 2004).

A **Parceria** apontada por Nolio (2004) ocorre quando o proprietário da terra contribui no negócio com o capital fundiário e o de exercício associando-se a terceiros em forma de parceria. A forma de exploração por parceria é uma espécie de associação de caráter civil, de capital e trabalho, em que o proprietário do imóvel rural compartilha com terceiros o risco da exploração, mediante a divisão da produção bruta obtida ou conforme acordo.

A parceria pode ser a meia (o lucro da colheita é dividido, metade para o proprietário e metade para o parceiro) ou de outra forma conforme combinado entre as partes. Essa forma de associação assemelha-se muito com as sociedades atuais, uma vez que o capitalista, no caso o proprietário, entra com o capital e geralmente com a gerência do negócio e o parceiro com o trabalho, somente com o trabalho (MARION, 2010).

No **Arrendamento** o proprietário da terra aluga seu capital fundiário a outrem, por um determinado tempo, consiste no direito de usar e usufruir a propriedade, em troca de uma contraprestação. Esta por sua vez, pode ser feita por meio de pagamentos em dinheiro, em produtos, ou outros aspectos a serem negociados (MARION, 2010).

Esta modalidade, salienta Nolio (2004), tem como vantagens, ao arrendador que possui pequenas posses, o direito de usufruir do imóvel para obter uma renda (aluguel). Já para o grande arrendatário, proporciona a oportunidade de não imobilizar seus capitais, reservando-o para aquisição de equipamentos e melhorias na produção. Como desvantagens, pode-se mencionar que essa forma de exploração é prejudicial à economia social e ao proprietário do imóvel rural, pois o arrendatário apenas se preocupa em obter o máximo de rendimento e não se preocupando com o uso racional da terra.

A forma de exploração por **Comodato** segundo Marion (2010, p. 9), “é um empréstimo gratuito, em virtude do qual uma das partes cede por empréstimo, para que se use pelo tempo e nas condições pré-estabelecidas. Nesse caso, o proprietário cede seu capital sem nada receber do condômino”. Essa forma é pouco utilizada uma vez que os proprietários rurais normalmente arrendam suas propriedades, podendo receber um valor em troca.

**Condômino** é a propriedade em comum ou a co-propriedade, em que os condôminos proprietários compartilham dos riscos e dos resultados, da mesma forma que a parceria, na proporção da parte que lhes cabe no condômino (NOLIO, 2004).

## 1.6 Atividade Rural e o Surgimento da Empresa Rural

Desde os tempos mais remotos, já existia essa relação entre o homem e a natureza, uma vez que era dela que ele tirava o seu sustento e dessa forma que é feito até os dias atuais. Antigamente existia somente a agricultura familiar, na qual as famílias trabalhavam com equipamentos manuais e/ou tracionados por animais. Hoje em dia, com a revolução tecnológica, utilizam-se muitos maquinários, produtos químicos e cada vez mais a atividade torna-se moderna (BIDA; LOZECKYI, 2008).

Conforme Hofer *et al.* (2005 *apud* VALLE, 1987 p. 79-80) a atividade agrícola continua sendo exercida em grande parte, por famílias que atuavam no processo produtivo e no de consumo autossuficiente. Nesse sentido, com o passar dos tempos, em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, aconteceu a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor deixou de se limitar a produzir para seu consumo e o de sua família, mas, em especial, direcionou para a venda no mercado consumidor. As atividades rurais podem ser exercidas de várias formas, desde o cultivo para a própria sobrevivência, como por grandes empresas explorando os setores agrícolas, pecuários e agroindustriais.

Pode-se entender, dessa maneira, o surgimento da empresa rural formada por todos os empreendimentos voltados ao cultivo da terra, seja por meio da plantação de lavouras para dela extrair seus frutos, seja por meio da criação de animais. Em ambos os casos, fica fortemente evidenciado o uso da terra na atividade rural.

Segundo Crepaldi (2009, p. 3), “empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais com a finalidade de obtenção de renda.”

Define Marion (2010) empresas rurais como sendo aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. Qualquer tipo de Empresa Rural seja familiar ou patronal, é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção, que são: a terra, o capital e o trabalho (ULRICH, 2009).

## 1.7 Culturas Temporárias e Permanentes

A produção de culturas temporárias é realizada com diversas atividades de campo, tais como: preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e beneficiamento, sendo que todos esses gastos constituem-se como custos de culturas em formação. Nas culturas temporárias, todo esse ciclo se repete anualmente, sendo esses os fatores que determinam os custos de produção. Pode-se definir **culturas temporárias** pelo seguinte conceito: “[...] são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. Após a colheita são arrancados do solo para que seja realizado novo plantio”. (MARION, 2010, p. 15)

De acordo com Marion (2010, p. 16), **culturas permanentes** “[...] são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. São exemplos de culturas permanentes: cultura de cana de açúcar, café, oliveira, maçã, pêra, entre outras”.

Da mesma forma que as culturas temporárias, as culturas permanentes também demandam várias atividades de campo e utilização de insumos de produção, máquinas e implementos agrícolas e mão de obra. Basicamente, a diferença entre o custeio anual de uma cultura permanente e o de uma cultura temporária é que na cultura permanente não há gastos com plantio anualmente, mas sim depreciação de parcela da cultura permanente anteriormente ativada (NOLIO, 2004).

### **1.8 Características Peculiares ao Setor Agropecuário**

De modo geral, o setor agrícola apresenta algumas características específicas ao setor, que o distinguem dos demais setores da economia.

Crepaldi (2009) elenca as distinções conforme delineado a seguir: dependência do clima; correlação tempo de produção x tempo de trabalho; dependência de condições biológicas; terra como participante da produção; estacionalidade da produção; incidência de riscos; sistema de competição econômica; produtos não uniformes; alto custo de saída, e/ou de entrada. Estas características vistas em conjunto sinalizam que são prejudiciais a administração das empresas agrícolas, isso indica que o empresário deve assumir ações administrativas eficazes para reduzir e modificar os efeitos destas características.

### **1.9 Administração Rural Moderna**

Segundo Marion (2010), a administração rural é o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra. Já o conjunto das ações de decidir o que, quanto e como produzir, controlar o andamento do trabalho e avaliar os resultados alcançados constitui-se o campo de ação da administração rural. A atividade agropecuária, por suas múltiplas atividades e volume financeiro das operações (compra, venda, contratação de serviços, produção), constitui-se, na realidade, em empresa, apesar de nem sempre estar formalmente assim denominada e estruturada.

O administrador é o responsável pelas tarefas de planejamento (produção e finanças), organização (produção e administração), direção de seus subordinados diretos e controle (produção, administração e finanças). É ele, o administrador, que precisa saber como está a rentabilidade de sua atividade produtiva, quais são os resultados obtidos e como eles podem ser otimizados por meio de avaliação dos resultados, fontes de receitas e tipos de despesas e como melhorar as receitas e reduzir as despesas (ULRICH, 2009).

Complementa Crepaldi (2009), que o gestor deve estar sempre atento às tarefas de planejar, organizar, dirigir seus subordinados diretos e exercer o controle administrativo, além de apresentar planos e orçamentos que permitam acompanhar o andamento das atividades. A empresa rural vem se tomando a escolha da administração moderna em conceitos adaptados à realidade e imprevisibilidade devido a suas condições desfavoráveis na produção agrícola atualmente. A necessidade de uma atualização dos meios de gerenciamento nas empresas rurais é hoje uma realidade fundamental para alcançar resultados de produtividade que garantam o sucesso do empreendimento.

### **1.10 Plano de Contas, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício**

Segundo Crepaldi (2009), cada empresa utiliza um conjunto de determinadas contas em função de seu ramo de atividade e porte. Esse conjunto de contas recebe o nome de Plano de Contas. Nele, são apresentadas as contas, título e descrição de cada uma, bem como os regulamentos e convenções que regem o uso do plano e de suas contas integrantes do sistema contábil da entidade, tendo como finalidade servir de guia para o registro e demonstração dos fatos contábeis. Nesse sentido, pode ser considerado como um elo de comunicação da entidade com os diversos usuários da informação contábil com os administradores, os investidores os agentes financeiros, os clientes e fornecedores e o fisco.

Também conhecido como a estrutura do **Plano de Contas**, o elenco de contas, salienta Crepaldi (2009, p. 191) que “[...] consiste na relação ordenada de todas as contas utilizadas para o registro dos fatos contábeis de uma entidade rural.”

O plano de contas está previsto para abranger as principais movimentações de empresas de pequeno e médio porte, sendo bastante flexível em termos de inclusão de contas novas, exclusão de contas já existentes, ou até mesmo alteração de títulos das contas cadastradas. O sistema contábil está fundamentado em um Plano de Contas desenvolvido especificamente para a área da agropecuária (MARION, 2010).

Na definição da estrutura do Plano de Contas, pode-se adotar as diretrizes estabelecidas, legislação comercial e fiscal, que se têm revelado bastante útil também para fins gerenciais.

No **Balanco Patrimonial**, que é o produto da Contabilidade, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade rural. É uma demonstração contábil que, em dado momento, apresenta de forma sintética e ordenada as contas patrimoniais agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam (RATKO, 2008).

Balanco Patrimonial, na compreensão de Crepaldi (2009, p. 81) “é um demonstrativo contábil que, em dado momento, apresenta uma forma sintética e ordenada das contas patrimoniais, agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam.”

A importância do Balanco Patrimonial está no fato de dispor de dados do Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido, de forma sistemática, possibilitando aos interessados uma avaliação da situação patrimonial e suas conseqüentes análises com os mais variados aspectos gerenciais, além de salvaguardar informações sobre as tendências econômicas e financeiras do empreendimento (MARION, 2010).

Toda atividade necessita da apuração de resultados para conhecer seu resultado líquido. É na **Demonstração do Resultado do Exercício** (DRE) que aparecem detalhada e criteriosamente a movimentação das contas, e a partir do confronto das receitas com as despesas é conhecido a resultante do exercício, ou Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido do Exercício. A DRE é gerada, normalmente, no final de cada exercício e sua finalidade, além de demonstrar como foi formado o resultado do período, completará o Balanco Patrimonial com o saldo resultante do exercício, sendo contabilizado na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados (RATKO, 2008).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória (BEUREM, 2009), que o estudo permite ao investigador expandir seu conhecimento (TRIVINOS, 1987). Considerando os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados (entrevista, observação e análise de documentos) e que para a escolha do tema foi analisado levando-se em consideração todo o contexto de organização da propriedade, o método foi definido como um estudo de caso (ROESCH, 2007; PEREIRA, 2007). Em relação à abordagem da pesquisa, utilizou-se um instrumento predominantemente qualitativo, segundo Gil (2008), a entrevista foi aplicada aos proprietários e a um especialista da área de Contabilidade Rural.

### 2.1 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E/OU PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O objeto de pesquisa é a propriedade rural de Antonio e Jurceli Dagostini, situada em Nova Bassano, na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. As atividades rurais nesta propriedade iniciaram em meados de 1945 pela família Dagostini. A sua principal atividade está ligada à produção de leite e ao cultivo de milho. Parte da produção é utilizada como alimento para os animais criados na propriedade.

A propriedade vem se desenvolvendo significativamente nos últimos dez anos, com o aumento da quantidade de leite produzido e comercializado, em 1999 eram produzidos 6.000 litros/mês, hoje chega à média de 15.000 litros/mês. Tudo isso é resultado de uma busca por aprimoramento da genética dos animais que é fornecida pelo cliente, que dispõe de técnicos e veterinários para orientar a família.

A missão, visão e valores ainda não estão estruturados, são utilizados apenas empiricamente. No entanto, a propriedade busca a qualidade nos seus produtos de maneira que isso repercutiu na premiação no ano de 2000 da Certificação de Propriedade com Leite Qualidade. Este certificado é concedido às propriedades que utilizam as Boas Práticas de Manejo com os animais e produtos, bem como da qualidade dos produtos no que tange às substâncias que possam interferir no tratamento dos produtos pelo cliente.

Por se tratar de uma propriedade de pequeno porte, baseada na agricultura familiar, ainda não existe um organograma formalizado. Nela trabalham os proprietários, um filho e a sua esposa. As atividades são realizadas de forma conjunta sem hierarquia, sendo que as atividades são designadas de acordo com a competência e

qualidades de cada pessoa. A maior parte das receitas proveniente da atividade são utilizadas nas despesas gerais da propriedade e dos gestores, bem como no reinvestimento na propriedade. Desse modo, ela vem crescendo nos últimos anos de forma acelerada, o que torna visível a necessidade de ferramentas de organização e controles financeiros e contábeis.

## 2.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram obtidos por meio de entrevista com um profissional na área de Contabilidade Rural e com os proprietários da propriedade, pela análise de documentos tais como: talão de notas fiscais, extratos bancários, contas de água, luz e telefone, notas fiscais de custos com a produção e por fim observações realizadas em visitas a propriedade. Após os dados da propriedade serem coletados por meio de entrevista, observação e análise de documentos foram submetidos a análises de conteúdo e documental. As questões desenvolvidas para os proprietários tiveram o intuito de coletar maiores informações possíveis a respeito da estrutura da propriedade. No Quadro 1 os principais resultados obtidos nas entrevistas.

Quadro 1: Principais resultados obtidos nas entrevistas

Entrevistado	Objetivo da Entrevista	Resultados Obtidos
Especialista na área de Contabilidade Rural	Identificar os motivos da busca pela contabilidade rural dos proprietários rurais, bem como listar as dificuldades encontradas pelo especialista na escrituração e as utilizações dos dados.	Motivos pela busca: atendimento ao Fisco, Dificuldades encontradas pelo especialista: organização e recebimento dos documentos Utilização: Contabilidade Rural como ferramenta de gestão do negócio.
Proprietários da Propriedade	Coletar informações sobre as atividades desenvolvidas na propriedade observando seu ciclo operacional, necessidades de planejamento do negócio, especificidades da propriedade.	Estruturar um Plano de Contas, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício da propriedade atendendo as suas características.

Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas

Os resultados obtidos na **entrevista** com **especialista** na área de Contabilidade Rural, foi realizada via documento eletrônico (e-mail), no período de 25 a 29 de Outubro de 2010.

O especialista com formação em Ciências Contábeis em 1986, Pós Graduado em Gestão Administrativa pela FGV. Com escritório de auditoria e consultoria na área contábil e tributária, em Bom Jesus/RS e Caxias do Sul/RS. Especializado em análises econômica e financeira de empresas. Professor dos cursos de graduação e pós graduação na área de análise das demonstrações financeiras e de gestão financeira. No escritório de Bom Jesus o especialista possui a sua clientela no ramo do agronegócio, especialmente empresas de produção de maçãs.

No que diz respeito a busca pelos serviços contábeis e dificuldades na escrituração, o profissional revela que no âmbito dos pequenos proprietários rurais infelizmente o trabalho do profissional de contabilidade ainda continua sendo, na maioria das situações, apenas o de calcular os impostos. Mas, frisa que a ação do profissional contratado deve ser sempre no sentido de demonstrar ao empresário rural que a contabilidade, preenche importante lacuna como ferramenta gerencial. E a principal dificuldade apresentada no momento da escrituração é organizar adequadamente todos os documentos contábeis.

Com base no relato do especialista, sobre, de que forma a Contabilidade Rural pode auxiliar os empresários rurais na tomada de decisões, e as contribuições para o crescimento ou expansão dos negócios das propriedades, ficou evidente que se for designada devidamente a importância da Contabilidade torna-se uma aliada, servindo de ferramenta confiável para as tomadas de decisões dos empresários. Para tanto, todos os usuários precisam acreditar e impulsionar a importância deste mecanismo.

A expectativa de crescimento na procura de serviços contábeis direcionados a atividade rural é apontado como aspectos positivos, pois a economia brasileira e principalmente a gaúcha está focada no agronegócio, apostando que os serviços contábeis neste nicho de mercado são muito promissores.

Foi possível constatar, que quando existe uma busca pelos serviços contábeis ocorrem com principal interesse para regularizar com o Fisco, a Contabilidade ainda precisa ganhar mais espaço, pois sua utilidade como tal ainda não está devidamente difundida entre os empresários.

Resultados obtidos na **entrevista** com os **proprietários** da **propriedade** foi realizada pessoalmente nos dias 30 e 31 de Outubro em uma das visitas a propriedade, a mesma foi realizada com os dois proprietários em conjunto.

Os proprietários deram início as atividades há 35 anos, a origem desta propriedade foi uma herança familiar, possui uma extensão de 32,7 hectares sendo que 1,7 hectates se destinam as benfeitorias úteis e necessárias à atividade rural. Destinado 20,0 hectares a produção de produtos vegetais (milho) e 8,0 hectares áreas de pastagens, que é utilizada para extrair alimentos aos animais. Aspectos positivos foram relacionados quando é reservado 3,0 hectares para a preservação de mata nativa.

Em relação as receitas da atividade, citaram o plantio de milho e a produção de leite. Sendo que 70% da produção de milho são consumidas pelo rebanho leiteiro e os outros 30% são estocados em uma cooperativa da cidade permanecendo até atingir um preço que os proprietários considerem justo para a venda, no momento da venda é pago imediatamente aos proprietários.

Quanto ao leite, toda a produção é comercializada para a Cooperativa Santa Clara, a qual possui um posto de coleta e resfriamento de leite na cidade de Parai/RS. No dia quinze de cada mês é recebido o valor referente às entregas realizadas no mês anterior, o escoamento de toda a produção se dá através de terceiros e este frete é pago pela propriedade.

No que concerne à distribuição das atividades, foi possível perceber que ocorre de forma sistêmica e sem mudanças a anos. Os proprietários são responsáveis por tomar a maior parte das decisões, seu filho auxilia no trabalho que exige maior esforço físico. Sendo a responsabilidade de pai e filho o plantio e cultivo da safra, e preparação da alimentação para os animais. A proprietária e sua nora cuidam dos afazeres domésticos, ordenhar as vacas. Segue abaixo demonstração de como ocorre o fluxo da atividade.

Figura 1: Atividades relacionadas ao cultivo de milho



Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas.

Na Figura 2 tem-se a atividade relacionada a produção de leite, aonde contempla-se da compra de uma matriz leiteira até a venda do leite.

Figura 2: Atividades relacionadas a produção de leite



Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas

Aspectos negativos foram relacionados a falta de instrução dos proprietários, eles possuem ensino fundamental incompleto, a única forma de aperfeiçoamento é realizado através de palestras e cursos fornecidos pelo Sindicato de Produtores Rurais e EMATER.

Com base no relato dos proprietários, ficou evidenciado que realizam um breve planejamento do que será gasto na nova safra, não existindo registro destes planejamentos (orçamentos); na compra dos insumos para o plantio, comentaram que à anos é adquirido no mesmo fornecedor sem realizar uma tomada de preços; no que se refere aos gastos da propriedade, pode-se separar despesas com a manutenção familiar dos custos com a produção mensalmente, e com os custos do início da safra anual. Sobre os principais gastos da propriedade, e para a produção de milho e leite foram citados os itens a seguir:

Quadro 2: Principais gastos da propriedade

	PROPRIETÁRIOS	ANIMAIS	PLANTAÇÃO
MENSAL	Água, Luz, Telefone	Água e Luz	Defensivos
	Alimentação	Alimentação	Combustível
	Medicamentos	Veterinário	
	Plano de Saúde	Medicamentos	
	Combustível	Higiene e Limpeza	
	Higiene e Limpeza	Escoamento da produção	
SAFRA			Adubo
			Defensivos
			Semente
			Combustível
		Escoamento da Produção	

Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas

No que concerne na busca por subsídios a forma de financiamento é o PRONAF, a taxa de juros é de 4% a.a, um meio atrativo aos propriedade. O pagamento é realizado anualmente no momento que os proprietários buscam um novo financiamento. Aspectos negativos foram relacionados a falta de controle financeiro, a propriedade não possui nem livro caixa para registrar basicamente entradas e saídas de recursos, estes controles existem de forma empírica, sendo que apenas os proprietários possuem. Basicamente, demonstram a necessidade de um maior controle de forma geral e com registros contábeis, podendo ser, através da Contabilidade Rural.

### PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como sugestão de melhoria na gestão do negócio e fundamentada pelo estudo das bibliografias é apresentada um *framework* de contabilização adaptado a realidade da propriedade Rural de Antonio e Jurceli Dagostini. Na sequência, sugestão de Plano de Contas, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício para utilização na propriedade.

Quadro 3: Estrutura de Plano de Contas adaptado a propriedade

<p><b>1 ATIVO</b></p> <p>1.1 ATIVO CIRCULANTE</p> <p>1.1.1 Disponibilidades</p> <p>1.1.1.1 Caixa</p> <p>1.1.1.2 Bancos c/Movimento</p> <p>1.1.2 Clientes</p> <p>1.1.2.1 Valores a Receber</p> <p>1.1.3 Cultura</p> <p>1.1.3.1 Culturas Temporárias</p> <p>1.1.3.1.1 De Milho</p> <p>1.1.4 Estoques</p> <p>1.1.4.1 Rebanho Bovino em Formação</p> <p>1.1.4.1.1 Bezerros de 0 a 12 meses</p> <p>1.1.4.1.2 Bezerras de 0 a 12 meses</p> <p>1.1.4.1.3 Novilhos de 13 a 24 meses</p> <p>1.1.4.1.4 Novilhas de 13 a 24 meses</p> <p>1.1.4.2 Rebanho Bovino para Corte</p> <p>1.1.4.2.1 Gado de Engorda</p> <p>1.1.4.2.2 Matrizes Descartadas</p> <p>1.1.4.3 Estoques de Produtos Agrícolas</p> <p>1.1.4.3.1 De Milho</p> <p>1.1.4.4 Estoques de Sementes</p> <p>1.1.4.5 Almoxarifado Geral</p> <p>1.1.4.6 Estoques de Insumos</p> <p>1.1.4.6.1 Insumos p/Pecuária</p> <p>1.1.4.6.2 Insumos p/Agricultura</p> <p>1.2.1 IMOBILIZADO</p> <p>1.2.1.1 Terrenos</p> <p>1.2.1.1.1 Terrenos da Propriedade</p> <p>1.2.1.2 Prédios</p> <p>1.2.1.2.1 Casa Sede</p> <p>1.2.1.2.2 Galpão / Estábulo</p> <p>1.2.1.2.3 Depósitos</p> <p>1.2.1.3 OUTRAS EDIFICAÇÕES</p> <p>1.2.1.3.1 Açudes</p> <p>1.2.1.4 Bens Móveis</p> <p>1.2.1.4.1 Trator</p> <p>1.2.1.4.2 Implementos Agrícolas</p> <p>1.2.1.4.3 Ferramentas</p> <p>1.2.1.4.4 Móveis e Utensílios</p> <p>1.2.1.5 Semoventes</p> <p>1.2.1.5.1 Gado Leiteiro</p> <p>1.2.1.6 Depreciação</p> <p>1.2.1.6.1 Depreciação Acumulada</p> <p><b>2 PASSIVO</b></p> <p>2.1 PASSIVO CIRCULANTE</p> <p>2.1.1 Empréstimos e Financiamentos</p> <p>2.1.1.1 Empréstimos Bancários</p> <p>2.1.2 Fornecedores</p> <p>2.1.2.1 Fornecedores Nacionais</p> <p>2.1.2 Contas a Pagar</p> <p>2.1.2.1 Energia Elétrica</p> <p>2.1.2.2 Telefone</p> <p>2.1.2.3 Água</p> <p>2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE</p> <p>2.2.1 Empréstimos e Financiamentos</p> <p>2.2.1.1 Empréstimos Bancários</p>	<p>2.3 PATRIMONIO LIQUIDO</p> <p>2.3.1 Capital Social</p> <p>2.3.1.1 Capital Social Subscrito</p> <p>2.4.1 Resultados Acumulados</p> <p>2.4.1.1 Lucros a Destinar</p> <p>2.4.1.2 (-) Prejuízos Acumulados</p> <p>2.4.1.3 Resultado Parcial do Exercício</p> <p><b>3 RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b></p> <p>3.1 RECEITAS</p> <p>3.1.1 Receitas de Vendas</p> <p>3.1.1.1 Venda de Gado</p> <p>3.1.1.2 Venda de Leite</p> <p>3.1.1.3 Venda de Milho</p> <p>3.2.1 Impostos e Contribuições s/Vendas</p> <p>3.2.1.1 Funrural</p> <p>3.3.1 Receitas Operacionais Diversas</p> <p>3.3.1.1 Superveniências Ativas</p> <p>3.3.1.1.1 Nascimento de Gado</p> <p>3.4.1 Receita de Alienação do Imobilizado</p> <p>3.4.1.1 Venda de Imobilizado</p> <p>3.5.1 Contas de Apuração</p> <p>3.5.1.1 Exercício Agrícola</p> <p><b>4 CUSTOS E DESPESAS</b></p> <p>4.1 CUSTOS DE PRODUÇÃO</p> <p>4.1.1 Custos dos Rebanhos</p> <p>4.1.1.1 Custo da produção do Leite</p> <p>4.1.1.1.1 Transporte</p> <p>4.1.1.1.2 Alimentação</p> <p>4.1.1.1.3 Conservação/Limpeza</p> <p>4.1.1.1.4 Custos c/Reprodução</p> <p>4.1.1.1.5 Medicamentos</p> <p>4.1.1.1.6 Veterinário</p> <p>4.1.2 Custo de Culturas Agrícolas</p> <p>4.1.2.1 Custo da Cultura do Milho</p> <p>4.1.2.1.1 Sementes</p> <p>4.1.2.1.2 Adubos e Defensivos</p> <p>4.1.2.1.3 Combustível</p> <p>4.1.2.1.4 Transporte</p> <p>4.1.3 Variações nas Perdas</p> <p>4.1.3.1 Morte de Gado Leiteiro</p> <p>4.1.3.2 Perdas na Cultura</p> <p>4.2 DESPESAS</p> <p>4.2.1 Despesas c/Manutenção Familiar</p> <p>4.2.1.1 Assistência Médica</p> <p>4.2.1.2 Combustíveis</p> <p>4.2.1.3 Conservação de Veículos</p> <p>4.2.1.4 Manutenção e Reparos</p> <p>4.2.1.5 Água, Luz e Telefone</p> <p>4.2.1.6 Seguros</p> <p>4.2.1.7 Material Higiene e Limpeza</p> <p>4.2.1 Impostos e Contribuições</p> <p>4.2.2 Despesas Financeiras</p> <p>4.3 CONTAS DE APURAÇÃO</p> <p>4.3.1 Exercício Agrícola</p>
---	---

Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas e visitas a propriedade

Quadro 4: Estrutura da DRE adaptada a propriedade

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO****RECEITA BRUTA**

Receita de Vendas

Da Pecuária e outros animais (gado, suínos e outros)

De Produtos Pecuários (Leite, ovos, e outros)

De Produtos Agrícolas (Milho, soja, feijão e outros)

(-) Deduções da Receita Bruta

Vendas Canceladas: Devoluções de Produtos:

(-) Impostos e Contribuições s/Vendas

ICMS: ISS: COFINS: PIS.

**(=) RECEITA LÍQUIDA****CUSTOS**

(-) Custos dos Produtos Vendidos

Custos do Rebanho Bovino: Custo do Rebanho Suíno: e outros

(-) Custos de Culturas Agrícolas

Custo da Cultura do Milho: Custos da Cultura da Soja: e outros

(-) Variações Por Perdas

Por Mortes nos Rebanhos

Por Perdas nas Culturas Agrícolas

**(=) LUCRO OPERACIONAL****DESPESAS E RECEITAS**

(-) Despesas Administrativas

(-) Despesas Comerciais

(-) Despesas Financeiras

(+) Receita Financeira

**SUPERVINIÊNCIAS LÍQUIDAS**

(+) Superviniências Ativas (nascimentos)

(-) Superviniências Passivas (mortes)

**RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS**

(+) Arrendamentos

(+) Parcerias Agrícolas

(+) Outras Receitas Operacionais

**(=) LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO****(-) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS****(=) LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO**

Fonte: Elaboração própria, baseada nas entrevistas realizadas e visitas a propriedade

Com a utilização da Contabilidade Rural, os proprietários terão acesso a informações agregando a gestão do negócio. Historicamente o homem do campo tem se dedicado a produzir alimentos, deixando de lado a parte burocrática e financeira do seu negócio. Este processo determinou um distanciamento entre o homem do campo e o conhecimento dos conceitos de Contabilidade aliados a técnicas de gestão rural.

Impulsionado pela nova geração de gestores do agronegócio, a empresa rural tem se caracterizado pela modernização de sua gestão, levando a administração rural a ganhar qualidade e autonomia na gerência de suas atividades administrativas. O produtor rural, assim, já não se limita a apenas produzir, ele vem buscando conhecer o meio em que atua, gerenciar sua empresa rural, seja ela grande ou pequena, e introduzir tecnologias que o ajudem nesta tarefa. Verificou-se que o presente estudo pode ser replicado a outras propriedades rurais, desde que possuam as mesmas características, para testagem e readequação caso sejam necessárias, por este motivo indica-se que este trabalho tenha a sua continuidade.

**REFERÊNCIAS**

BERLATO, Odir (Org.). **Manual para Elaboração e Normatização de Trabalhos Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis**. Caxias do Sul: FSG, 2010. Disponível em :<[http://www.fsg.br/website\\_pt/user\\_files/File/Documentos/COT/ManualContabeis20101.pdf](http://www.fsg.br/website_pt/user_files/File/Documentos/COT/ManualContabeis20101.pdf)> . Acesso em: 20 abr. 2010.

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIDA Andreia; LOZECKYI Jeferson. **A Utilização da Contabilidade para Gerenciamento das Empresas Rurais de Ipatinga – PR**. 5. ed. Paraná: UNICENTRO – Revista Eletrônica *Lato Sensu*, 2008. Disponível em:<  
[http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista\\_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Exatas/PDF/2-Ed5\\_CE-Utli.pdf](http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Exatas/PDF/2-Ed5_CE-Utli.pdf)> Acesso em: 13 nov. 2010.

BULGARELLI, Waldirio. Sociedades Comerciais: Sociedades Cíveis e Sociedades Cooperativas Empresas e Estabelecimentos Comercial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EMBRAPA. **Importância Econômica da Produção de Leite**. Disponível em:  
<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/importancia.html>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **Direito Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, Mônica. **Lições de Direito Empresarial**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HOFER, Elza. *et al.* **O Uso da Contabilidade Rural como Ferramenta Gerencial: Um Estudo de Caso dos Produtores Rurais no Município de Toledo – PR**. V.6, nº1. Paraná: Revista Ciências Empresariais da UNIPAR 2005. Disponível em :< <http://revistas.unipar.br/empresarial/article/view/301/272>> Acesso em: 2 nov. 2010.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária, Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOLIO, Ezequiel. **Contabilidade do Agronegócio: Uma Nova Oportunidade para o Profissional Contábil**. Bento Gonçalves/RS: UCS 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis), Universidade de Caxias do Sul – Campus Universitário da Região de Bento Gonçalves, 2004.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

PALMA, Antonio Jacinto Caleiro. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Exercício Social e no Calendário das Sociedades**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Modelo de Plano de Contas para a Atividade Agropecuária**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/clientes/societaria/pcatividadesrurais.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

RATKO, Alice Terezinha. **Contribuições da Contabilidade Rural para Propriedade Agrícola de Pequeno Porte**. Campus Pato Branco/PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis), Pato Branco/PR 2008.

ROESCH, Sylvia Maria de Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ULRICH, Elisane Roseli. **Contabilidade Rural e Perspectivas de Gestão do Agronegócio**. Vol.4 – nº 9. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU: Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU – RACI. 2009. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/upload/artigos/art\\_74.pdf](http://www.ideau.com.br/upload/artigos/art_74.pdf)>. Acesso em: 20 jul.2010.